

O DIREITO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR

Alice da Silva¹
Andrea da Silva Sampaio²
Alcio Manoel de Sousa Figueiredo³
Dalton Tadeu Reynaud dos Santos⁴

RESUMO: Para inserção da Síndrome de Down (SD) no currículo tradicional, é necessário tanto uma reforma de natureza paradigmática como também na programática, pois não adianta discutir e repensar nos paradigmas vigentes se depois do sistema educacional continua trabalhando da mesma forma, com os mesmos programas, projetos e currículos educacionais fragmentados e desafiados da realidade (SILVA 2004). Construção de sistemas educacionais inclusivos é um desafio na organização das escolas e classes especiais que passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola comum para que receba todos os alunos e atenda suas especificidades e promova a melhoria da qualidade da educação, configurando-se em resposta às diferentes situações que levam à exclusão escolar e social do aluno com síndrome de Down. Este artigo teve como objetivo contribuir para reflexão do processo de inclusão da criança com Síndrome de Down. Metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica para definir a linha limítrofe da pesquisa, neste sentido foi utilizado material baseado em artigos, teses e livros, sendo realizado a busca no período de 1999 a 2017 por revisões de literaturas nas principais bases de dados nacionais (*SciELO e Lilacs*), independente do ano de publicação.

PALAVRAS-CHAVES: Inclusão. Escola. Síndrome de Dow.

ABSTRACT: For the insertion of Down Syndrome (SD) in the traditional curriculum, both paradigm and programmatic reform are necessary, since it is no use to discuss and rethink existing paradigms if after the educational system continues to work in the same way, with the The same fragmented and reality-challenged educational programs, projects and curricula (SILVA 2004). The construction of inclusive educational systems is a challenge in the organization of schools and special classes that is rethought, implying a structural and cultural change of the common school so that it receives all the students and attends to its specificities and promotes the improvement of the quality of education, In response to the different situations that lead to the school and

¹Professora Especialista, Mestranda pela Universidad de Ensino de la Empresa – UDE , Uruguay. Docente no Centro Universitário Campos de Andrade.

²Professora Especialista, Mestranda pela Universidad de Ensino de la Empresa – UDE , Uruguay. Docente no Centro Universitário Campos de Andrade.

³Professor Universitário, mestre pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Campos de Andrade.

⁴Professor Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Londrina. Professor titular do Centro Universitário Campos de Andrade, e membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e coordenador do Comitê de Ética.

social exclusion of the student with Down syndrome. This article aimed to contribute to reflection on the process of inclusion of children with Down syndrome. Methodology used consists of the bibliographic review to define the boundary line of the research. In this sense, material based on articles, theses and books was used, and the search was carried out from 1999 to 2017 by literature reviews in the main national databases (Scielo and Lilacs), regardless of the year of publication.

KEY-WORDS: Inclusion. School. Down's Syndrome

Introdução

A síndrome de Down (SD) é caracterizada como condição genética, que leva seu portador a apresentar uma série de características físicas e mentais específica. Esta síndrome é considerada uma das mais frequentes anomalias numéricas dos cromossomos autossômicos e representa a mais antiga causa genética de retardo mental (MANCINI,2003).

Trata-se de uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21, cuja frequência é de 1:750 nascidos vivos, tendo como fator de risco preponderante a idade materna avançada acima de trinta e cinco anos (CAPONE, 2004; PUESCHEL, 1999 apud LUIZ 2008).

Nos estudos encontrados sobre a SD, um fato muito interessante foi identificado que é a imagem que a sociedade por muitos anos postulou aos síndrômicos. Ao longo da história destaca-se a cultura grega, especialmente na espartana, onde os indivíduos com deficiências não eram tolerados, justificava tais atos cometidos contra os deficientes postulando que estas criaturas não eram humanas, mas um tipo de monstro pertencente a outras espécies. Na Idade Média, os portadores de SD era considerados retardados, incapaz até mesmo monstro ou filho do demônio (SCHWARTZMAN, 1999, p. 3-4). O processo de inclusão da criança com SD tem sido um desafio família, comunidade e nas escola. Por mas que a sociedade esteja avançando no processo de interação social ainda a muitas barreiras a serem rompidas.

Ao observar com atenção a criança com SD, veremos que seu desenvolvimento é bem mais lento que o do bebê normal, porém, apesar de mais dependente, este bebê estará, também, trilhando no seu dia-a-dia, ainda que bem mais devagar que uma criança com desenvolvimento normal, as

diversas fases e etapas do seu desenvolvimento. Devido ao amadurecimento constante do seu Sistema Nervoso Central (LEFÉVRE,1981,apud AUGUSTO 2003).

Os portadores da SD podem apresentar hipotonia, baixa estatura, hiperflexibilidade das articulações, mãos pequenas e largas com prega palmar única, face larga e achatada, olhos distantes um do outro, nariz pequeno com base nasal achatada, baixa implantação das orelhas, língua projetada para fora da boca, palato ogival, cardiopatia congênita, genitais hipodesenvolvidos, excesso de pele na nuca, cabelo liso e ralo (PUESCHEL, 1999; SCHWARTZMAN, 1999 apud COSTA 2011).

As dificuldades de aprendizagem do portador de SD tem idade cronológica diferente de idade funcional, desta forma, não devemos esperar uma resposta idêntica à resposta da "normais", que não apresentam alterações de aprendizagem (SILVA,2004).

Esta deficiência decorre de lesões cerebrais e desajustes funcionais do sistema nervoso. O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente. (SCHWARTZMAN, 1999, p. 246).

O indivíduo com SD manifesta comprometimento no desenvolvimento da linguagem, que mostra-se mais lenta é neste domínio que a criança acometida apresenta os maiores atrasos (SCHWARTZMAN, 1999), havendo, assim, necessidade de um trabalho de estimulação precoce, tomando-se como pressuposto que a linguagem se constrói por meio do processo de interação, numa relação dialógica na qual adulto e criança têm papel fundamental (LEMOS, 1989 apud LUIZ,2008).

Esta criança se desenvolverá diariamente e, mesmo que este caminhar seja bem mais vagaroso, evoluirá patentemente em inteligência e habilidades até a idade adulta. Apesar de o desenvolvimento lento ser comum em todas as crianças SD, existem diferenças marcantes entre elas, cada uma terá suas graças, seu jeito de ser, de brincar, de se comunicar e também o seu tempo de aprendizado, ficando a nosso encargo perceber a

hora e a forma mais carinhosa de nos aproximarmos dela (LEFÉVRE,1981,apud AUGUSTO 2003).

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. O Brasil é um país com extremas debilidades educacionais, o que gera na sociedade um senso crítico muito baixo, onde “jargões” de cunho pejorativo, enraizados há décadas, demoram muito tempo para serem superado (PENA 2008).

A educação inclusiva que visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art. 5º). No seu artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2004). No artigo 206, inciso 1, coloca como um dos princípios para o ensino a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" (BRASIL, 2004).

Em conformidade com tal Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei baseada no disposto da Convenção de Guatemala, que trata da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência e deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, 2004). Paralelamente a estes documentos, declarações internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, reforçam movimentos em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos (OLIVEIRA, 2004 apud LUIZ,2008).

A Constituição não garante apenas o direito à educação, mas também o atendimento educacional especializado, ou seja, atendimento das

especificidades dos alunos com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular, já que o ensino fundamental, cuja faixa etária vai dos sete aos 14 anos de idade, é uma etapa considerada obrigatória pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seus artigos 4º e 6º, e pela Constituição, artigo 208 (BRASIL, 2004).

O conceito de educação inclusiva que implica em uma nova postura da escola regular, no que tange a propor, no projeto político pedagógico, no currículo, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas que atendam a todos os alunos. “Isto significa que as escolas devem estar preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos considerados “educáveis”. (SANCHEZ, 2005 apud LOPES,2008) .

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A inclusão pode ser confundida com interação, mais existem diferenças entre elas. Na interação, a criança precisa se adequar a realidade da escola, já na inclusão a escola é que tem que se adequar a criança, aceita-la da maneira que ela é seja ela deficiente ou não. Na inclusão o vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. A meta primordial da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo (FREIRE,2012).

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o

atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (SOUZA, et al., 2013).

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (SILVA,2010). A

prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação têmporo-espacial e lateralidade (SILVA,2010).

Crianças especiais como as portadoras de SD, não desenvolvem estratégias espontâneas e este é um fato que deve ser considerado em seu processo de aquisição de aprendizagem, já que esta terá muitas dificuldades em resolver problemas encontrar soluções sozinhas (RODRIGUEZ,2009).

Toda criança deve ser incluída na sociedade desde que ela nasce. Ela precisa primeiro ser genuinamente inserida na sua família, senão fica muito difícil pensar em inclusão escolar e social. Os pais, muitas vezes, têm um preconceito que é anterior ao nascimento do filho e com frequência não se dão conta disto até que alguém os aponte. Com este preconceito internalizado e muitas vezes culpados por estes sentimentos camuflam esta questão (RODRIGUEZ,2009).

Tal problemática fica evidenciada quando se tenta incluir seu filho na vida escolar e social, portanto, mais uma vez, vemos a necessidade de um trabalho cuidadoso e minucioso junto aos familiares que não se trata de orientação, nem prescrição, pois assim não damos espaço para acolher o lado preconceituoso dos próprios pais e dar-lhes a possibilidade de transformação (LOMBARDI,2002).

O atendimento educacional especializado deve ser oferecido, preferencialmente, dentro das escolas comuns. Quando a SD se torna mais independente, conseguindo se comunicar, andar bem e se integrar em um grupo, está pronta para frequentar uma escola (PRAÇA,2011).

Em alguns casos isto pode acontecer entre três e quatro anos, em outros um pouco depois. Os pais devem estar seguros de que uma classe,

mesmo com crianças mais novas do que ela, só lhe fará bem. A partir dessa mudança, o seu desempenho lingüístico e a sua independência nas atividades da vida diária terão grandes progressos. Notamos um benefício significativo para as que puderam participar de uma classe totalmente normal no início do seu aprendizado, especialmente nas classes maternas (AUGUSTO,2003).

Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento (FRIAS,2009). Para Wernek (1993) a educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeito.

As adaptações curriculares escolares visam a aquisição de conteúdos e permitem o desenvolvimento global de competências, saberes, atitudes e valores de forma a superar defasamentos face ao currículo proposto, mas sem reduzir os níveis de desempenho ou simplificar o que deve ser aprendido (FERREIRA,2011). Os currículos escolares tem como objetivo facilitar o desenvolvimento das competências essenciais, à participação numa variedade de ambientes integrados que preparem os alunos com deficiência, nas áreas do desenvolvimento pessoal, social e nas atividades de vida diária (COSTA, et al., 2016 IN FERREIRA 2011).

Algumas adaptações curriculares de pequeno porte adaptações não significativas possíveis de serem aplicadas. De acordo com o MEC as adaptações curriculares são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais de acesso ao currículo

de participação integral, efetiva e bem sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível (FRIAS 2009).

No tocante aos recursos pedagógicos e estrutura escolar, sem aprofundar na seara da ciência pedagógica, entende-se que é de fundamental importância, proporcionar, ao professor da classe regular, condições reais de trabalho, recursos materiais e apoio de pessoal especializado, quando necessário, em sintonia e integrado, exercitando o diálogo e adotando uma ação articulada (PENA,2008).

O papel dos professores é mais complexo num tempo de mudança em que tudo ocorre e transforma-se rapidamente. Para isso o professor deve conhecer e perceber quais são os fatores que estão envolvidos no processo de mudança para que possa usar estratégias que ajudem a contrariar a tendência natural (REIS,2011). Araújo (2006) cita que a escola inclusiva é receptiva e responsiva, mas isso não depende apenas dos gestores e educadores, são imprescindíveis transformações nas políticas públicas educacionais. Garantir a construção da escola inclusiva não é tarefa apenas do gestor escolar, mas esse tem papel essencial neste processo.

A inclusão é a aceitação da diversidade, na vida em sociedade, e também é a garantia do acesso das oportunidades para todos. Portanto, não é somente com leis e textos teóricos que asseguram os direitos de todos, pois esses, por si mesmos, não garantem a efetivação das ações no cotidiano escolar (ARAUJO 2006).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Processo de inclusão necessita de muitos ajustes a educação inclusiva na escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos se efetivará nas unidades escolares se medidas administrativas e pedagógicas forem adotadas pela equipe escolar, amparada pela opção política de construção de um sistema de educação inclusiva. O atendimento educacional especializado deve ser oferecido, preferencialmente, dentro das escolas comuns. Quando a criança SD se torna mais independente, conseguindo se comunicar, andar bem e se integrar em um grupo, está pronta para frequentar uma escola (PRAÇA,2011).

O currículo escolar complementada com o entendimento de que ele é responsável pelo delineamento das ações para atender às necessidades dos alunos com SD. A educação escolar será melhor quando possibilitar ao homem o desenvolvimento de sua capacidade crítica e reflexiva, garantindo sua autonomia e independência (ANJOS,2017).

CONCLUSÃO

A educação inclusiva deve conferir objetivos para a socialização dos alunos e colaborar no sentido de novas descobertas no aprendizado aos conteúdos escolares. O professor deve buscar em fontes científicas, elementos compatíveis ao desenvolvimento lógico e todo o processo educacional dessas crianças.

Os estudantes com SD devem ser aceitos como seres capazes de desenvolver suas aptidões mentais e habilidades para construir sua própria independência convivendo com o outro. Nesse sentido, a inclusão educacional deve caminhar para a prática da transformação articulada no contexto escolar com objetivo de garantir acesso à educação e permanência de todos na escola.

Um dos desafios para educação é quebrar paradigmas, assegurar a todas as pessoas inclusive àquelas que apresentam algum tipo de deficiência a permanência e a aprendizagem, com qualidade na escola regular. Isso evidencia o reconhecimento de que não basta apenas matricular aqueles que a procuram, mas é preciso atendê-los dentro de uma pedagogia centrada no aluno, que respeite o seu ritmo de aprendizagem e atue com o objetivo de lhe proporcionar uma formação cidadã.

REFERÊNCIAS

ANJOS, A. D., O Importante Papel da Gestão Democrática na Inclusão de Alunos Surdos nas Escolas de Ensino Regular, 2017.

<http://www.pedagogia.com.br/artigos/inclusaosurdos/index.php?pagina=0>
Acesso 25/06/2017.

ARAUJO, J.P | Schmidt, A .**A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba.** *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2006, vol.12, n.2, pp.241-254. ISSN 1413-6538. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382006000200007>.

ARROYO, M. **Premissas de reorientação curricular** (ponderações). São Paulo, 2002.

COSTA, L .N. **A inclusão escolar de um aluno com Síndrome de Down ... - BDM - UNB. Brasília 2011**
bdm.unb.br/bitstream/10483/2456/1/2011_LaurindadoNascimentoCosta.pdf.
Acesso 25/03/2017.

DECRETO Nº 3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm
Acesso 25/03/2017.

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.Acesso 25/06/2017.

Freire, P. O .**A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em processo de alfabetização:o lúdico como recurso para aprendizagem** - 2012
http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3190/1/2011_PatriciadeOliveiraFreire.pdf
f>.Acesso 10/06/2017

FERREIRA, M. **Adaptação e Currículo.** www.psicologiaedu.pt.Janeiro de 2011>Acesso em 25/03/2017.

FRIAS,E .M. A . **Inclusão Escolar Do Aluno Com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições Ao Professor Do Ensino Regular.** Paranavaí 2008/2009.
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>.>Acesso 25/03/2017.

LOMBARDI, T.P. **Estratégias de Aprendizagem para Alunos Problemáticos.** Disponível em: <http://www.malhatlantica.pt/ecaecm/aprendizagem3htm> set.2002.

LOPES, E. **Flexibilização Curricular: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica**, 2008. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_esther_lopes.pdf> Acesso 25/03/2017.

LUIZ, F. M. R. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades**. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2008, vol.14, n.3, pp.497-508. ISSN 1413-6538. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000300011>.

MARTINS L. A. R. et. al. **Inclusão: Compartilhando Saberes**, 3ª. Ed.ed. Vozes. Petrópolis, 2008. NUNES L. **Cuidados preventivos de saúde para crianças e adolescentes portadores de Síndrome de Down**. 2008. (disponível em www.malhatlatica.pt).

OLIVEIRA, E. S . **Currículo e diversidade: os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual**. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 309-325, maio/ago. 2011. <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/5696-18152-1-PB.pdf>> Acesso 25/03/2017.

PENA, G. **Síndrome de Down - Mitos e Realidade** by Uriratan outubro de 2008. <https://disdeficiencia.wordpress.com/2008/10/10/sindrome-de-down-mitos-e-realidades> Acesso 25/03/2017.

PRAÇA, E. T . P . O . **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-E-lida.pdf>> Acesso 25/03/2017.

SCHWARTZMAN, J . S . **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

SCHWARTZMAN J. S. & col. **Síndrome de Down**, 2ª. Ed. São Paulo: Memmoon, 2003.

REIS, I. A. M. **O Papel dos Professores na Inclusão dos Alunos com Síndrome de Down**. <http://repositorio.uportu.pt/bitstream/11328/117/2/TME%20469.pdf>>. Acesso 25/03/2017.

RODRIGUEZ, F. T. **A Inclusão é possível**. <http://inclusaododown.blogspot.com.br/2009/12/inclusao-e-possivel.html>>. Acesso 25/03/2017.

SILVA, A. F. G. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas**. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO SÃO PAULO – 2004 websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/quintana/tese_gouvea.pdf Acesso 25 de março de 2017.

SILVA, R. N. A. **Educação especial da criança com Síndrome de Down**.<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/04/educacao-especial-crianca-down.pdf>>. Acesso 25/03/2017 .

SOUZA, I. L. G. E . **Inclusão escolar e formação do professor do AEE: a experiência da rede municipal de ensino de Andradina**.<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2013/downloads/2013/3/58.pdf>>. Acesso 25/03/2017.